

# LUGAR DE CONFLITO E FORÇA NA COMUNIDADE PERIURBANA LAGOA AZUL 2



**IV SICCAL**

**[ GT3 - TERRITÓRIO E CONFLITOS URBANOS ]**

**Lucimara Maria de Souza**

*Universidade do Vale do Paraíba*

**Cilene Gomes**

*Universidade do Vale do Paraíba*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

O artigo consiste em uma reflexão teórica sobre os conceitos de comunidade, espaço, território usado e lugar, a partir de uma compreensão geral sobre a problemática da urbanização desigual e segregação socio espacial de comunidades periurbanas, e de pesquisa empírica realizada na Comunidade Lagoa Azul 2, em Jacareí, SP. Com a finalidade de validar a perspectiva do humanismo concreto, pondera-se sobre a necessidade de constituição e fortalecimento da força de resistência comunitária e a emergência de potenciais de organização dos moradores para enfrentarem e vencerem as dificuldades próprias da vida nas periferias – lugares desatendidos pelo Estado e estigmatizados socialmente – e os conflitos naturais oriundos da convivência comunal.

**Palavras-chave:** Comunidade. Urbanização desigual. Periferia. Lagoa Azul 2.

This article consists in the theoretical reflection about community concepts, space, territory used and place, from a general understanding on the problematic of unequal urbanization and socio-spatial segregation of peri-urban communities, and empirical research carried out in the Comunidade Lagoa Azul 2, in Jacareí, SP, Brazil. For the purpose of validate the perspective of concrete humanism, ponder over on the need to establish and strengthening of the community's resistance force and the emergence of potentials of organization of the residents to face and overcome the difficulties of life on the outskirts of – places neglected by the State and socially stigmatized – and natural conflicts coming from the communal coexistence.

**Keywords:** Community. Unequal urbanization. Periphery. Lagoa Azul 2.

El artículo consiste en una reflexión teórica sobre los conceptos de comunidad, territorio usado y lugar, a partir de una comprensión general sobre la problemática de la urbanización desigual y la segregación socio espacial de las comunidades periurbanas, y de investigación empírica realizada en la Comunidade Lagoa Azul 2, Jacareí, SP, Brazil. Con el fin de validar la perspectiva del humanismo concreto, se plantea sobre la necesidad de constitución y fortalecimiento de la fuerza de resistencia comunitaria y la emergencia de potenciales de organización de los habitantes para enfrentarse y vencer las dificultades propias de la vida en las periferias - lugares desatendidos por el Estado y estigmatizados socialmente - y los conflictos naturales oriundos de la convivencia comunal.

**Palabras clave:** Comunidade. Urbanización desigual. Periferia. Lagoa Azul 2.

## Introdução

---

O conceito de Comunidade tem sido utilizado por diversos autores a fim de descrever as relações de determinados grupos de indivíduos em seus lugares.

O filósofo grego Aristóteles (século IV a. C) afirma em sua obra *A Política* que a finalidade do ser humano é viver em sociedade, sendo praticamente uma tendência natural do mesmo. Segundo o filósofo, o homem busca a coletividade com o objetivo de suprir suas carências, dentre elas, a que aponta para a incompletude, fazendo com que o indivíduo se associe aos demais para se tornar “plenamente humano” (Aristóteles, 2009, p. 11).

Desta maneira, o homem tem se organizado em grupos cujos interesses são compartilhados, como forma de resistência ou sobrevivência, em busca de direitos comuns, em dado contexto de vida ao qual o geógrafo Milton Santos atribui o caráter da “diversidade socioespacial” (Santos, 2006, p. 219).

A psicóloga social Sandra Jovchelovitch destaca que a comunidade é o espaço intermediário entre a família e a sociedade mais ampla, e salienta que as comunidades, em geral, são construídas por indivíduos que se identificam na condição de pertencentes a ela:

É uma comunidade que estrutura nossa experiência e nos ensina sobre a vida e como vivê-la. Nem tão próxima de nós como a família imediata ou os vários grupos aos quais pertencemos nem tão distantes como as regras gerais, os códigos e práticas que governam e estruturam as sociedades mais amplas em que vivemos:

a comunidade é um espaço intermediário que nos oferece os recursos simbólicos e materiais para a vivência da dialética entre o sujeito singular e o mundo social. (Jovchelovitch, 2008, p. 127).

O sociólogo e filósofo polonês Sigmund Bauman, diz que ao mesmo tempo em que a comunidade pode ser o lugar da segurança, do aconchego, da mútua compreensão das muitas faltas e necessidades, assim como do perdão e da mão auxiliadora, é também, quando alcançada, um instrumento de perda da identidade individual (Bauman, 2003, p. 17). Isto porque os indivíduos se tornam pertencentes ao todo, ou seja, o interesse comum se sobrepõe ao individual, sendo esta a forma de se organizarem para obter força e continuidade.

Santos explica que “a cooperação e o conflito são a base da vida em comum”, visto que o compartilhamento do cotidiano e as próprias relações entre os indivíduos, via de regra, são carregadas por divergências (Santos, 2006, p. 218).

Por fim, na perspectiva do senso comum, viver em comunidade significa pensar coletivamente na solução de problemas, porém ao custo de se abrir mão da própria individualidade.

## Comunidades periurbanas em contextos desiguais

---

A chamada “cidade grande” e regiões metropolitanas se tornaram atrativas com a chegada da indústria e outras oportunidades.

Os grandes centros urbanos ficaram com a responsabilidade de absorver a população numerosa que migrou do campo para a cidade, em determinado momento, devido à especialização e modernização da agricultura (Santos, 2006, p. 219).

Porém, ainda que houvesse “espaço físico” para todos, a terra se tornou mercadoria cara, acessível apenas para uma pequena elite dominante, e de difícil acesso aos trabalhadores menos assalariados e subempregados, tendo estes que se instalar em vilas operárias ou nas periferias das cidades.

A partir disso, a constante disputa desigual pelo uso do espaço se dá em função da força que cada grupo possui no mesmo, e muitas vezes, essa disputa é orquestrada pelo fenômeno da escassez, tanto material quanto de poder (Santos, 2006, p. 215). Dessa forma, as comunidades constituídas nas periferias foram crescendo ao redor dos grandes centros, e se multiplicando por todo território brasileiro. A periferia é muitas vezes o único local que o trabalhador consegue para se instalar juntamente com sua família. É também o local daqueles que nem trabalho possuem devido à falta de oportunidades.

Segundo Maricato (1996, p. 27), a população periférica cresceu a uma taxa maior que a população urbana total. De acordo com a autora, a população das favelas tem apresentado um crescimento exponencial desde as décadas de 70, 80 e continuou até mesmo na década de 90, mantendo uma espécie de padrão progressivo. Maricato descreve esse fenômeno como “urbanização dos baixos salários”, que é proveniente da industrialização dos baixos salários (Maricato, 1996, p. 39). Porém, há também aqueles que não estão

inseridos no mercado de trabalho formal, não conseguem comprovar renda (ou simplesmente não a possuem), e que partem para os únicos locais onde conseguem adquirir uma moradia, ainda que precária. Nesse sentido, fica evidenciado que a população excluída é levada a ocupar as periferias da cidade, expulsas de locais que sofreram um processo de aumento do valor do solo urbano. A periferia se torna então o lugar da exclusão, da ilegalidade e do pouco interesse do Poder Público. A autoconstrução de casas (pouco ou nada controlada pelo Estado) se torna a forma capaz de garantir uma moradia mínima para a população de baixa renda.

A separação espacial se concretiza quando um grupo de indivíduos não pertence à mesma “classe social dominante”, ou não se enquadram no padrão social hegemônico, como se, não estando visíveis materialmente, sua existência também possa ser negada. Para Bauman, a sociedade hegemônica tende a segregar tudo que lhe pareça desagradável, como foi feito com os escravos, os leprosos, os doentes mentais, entre outros:

*Essa impressão é causada pelos valores comuns a todos os inventores de utopias e sua preocupação comum com ‘um certo ideal de racionalidade feliz ou, se quiserem, de felicidade racional’ — implicando uma vida num espaço perfeitamente ordenado e depurado de todo acaso, livre de tudo que seja fortuito, acidental e ambivalente (Bauman, 1999, p. 40).*

Para Santos (1993), com o crescimento da população e a falta de planejamento das cidades ocorrem dois tipos de segregação: a espacial e a social. A espacial se dá em razão

da alta valorização dos imóveis em locais providos de infraestrutura básica, como saneamento, asfalto, transporte, além de comércios, escolas e outros equipamentos sociais. A segunda forma de segregação, a social, diz respeito às dificuldades que esses grupos apresentam em conseguir empregos de qualidade, acesso aos serviços de saúde, cultura e lazer. As duas formas de segregação estão intrinsecamente ligadas e concentradas nos grupos de menor renda.

Há de se ressaltar também a posição dos gestores municipais frente a essa questão, pois é o poder público mais próximo, capaz de intervir por meio da melhor organização e legislação em relação ao uso do solo e tomadas de decisões e medidas, visando atender a essa demanda populacional. Para Maricato (2003), a população excluída faz parte de uma “cidade informal” negligenciada pelo poder público, que visa sempre favorecer e atender aos interesses das áreas que integram a “cidade formal”:

*A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político (Maricato, 2003, p. 157).*

Ao que parece, a tradição histórica de produção e ocupação do espaço, herdada do período colonial, que tem por característica a segregação social, pode ser vista ainda hoje nas grandes e pequenas cidades brasileiras, capitaneada por uma sociedade

patrimonialista, configurando grandes disparidades sociais dentro de um mesmo espaço geográfico (Maricato, 2015, p. 78).

Para Maricato a “escandalosa especulação imobiliária” e a alta valorização da terra, mais acentuada nos últimos anos, tem construído a periferia da periferia: “os pobres estão indo para novas periferias, porque o capital imobiliário disputa as terras da primeira periferia” (Maricato 2015, p. 112):

*No restante da cidade, como em todas as metrópoles brasileiras, um furacão imobiliário revoluciona bairros residenciais e até mesmo as periferias distantes: insuflado pelos recursos do MCMV, ele empurra os pobres para além dos antigos limites, no contexto de total falta de regulação fundiária/imobiliária ou, em outras palavras, de planejamento urbano, por parte dos municípios. A especulação corre solta, auxiliada por políticas públicas que identificam valorização imobiliária com progresso (Maricato, 2015, p. 57).*

Segundo a autora, fica então admitido e imputado a esses “pobres” ocuparem áreas irregulares dentro dos municípios, como margem de rios, córregos (onde há oferta de água e também risco de inundação) e áreas consideradas de alto risco (encostas ou topos de morros), mas jamais deverão ocupar áreas valorizadas, pois estas teriam seu valor de mercado diminuído.

Esta desigualdade de produção do solo urbano acaba por privilegiar o mercado imobiliário pela infraestrutura fornecida pelo Estado, trazendo benefícios aos investidores, em contraponto ao restante da cidade, principalmente às regiões periféricas, carentes do que há de estrutura mais básica

à sobrevivência, como água e esgoto. Essa prática favorece apenas o capital especulativo, criando ainda mais desigualdades e segregação socioespacial. A população que mais necessita e faz uso dos aparelhos públicos é a que se encontra mais longe ou fora do alcance dos mesmos, sendo muitas vezes expulsos para não desvalorizar a terra. “E a população pobre tem que sair. Por que tem que sair? Porque ela desvaloriza, o pobre pesa negativamente sobre o preço e impacta a taxa de lucro” (Maricato, 2015, p. 112).

A cidade se caracteriza, portanto, como um espaço construído (estruturalmente e socialmente) onde se dá a produção e reprodução da força de trabalho e onde o capital se multiplica; este por sua vez, determina a forma de produção da mesma (Lamparelli *et al*, 2007).

O que se observa nesse modo de produção capitalista é que o espaço urbano vai ficando cada vez mais hierarquizado e contraditório, pois há uma incoerência entre a socialização do espaço urbano e a sua apropriação privada.

Para Santos, a influência dos processos tecnológicos ligados à globalização influencia a dinâmica de vida dos indivíduos nos lugares. Nas palavras do geógrafo:

Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender (Santos, 2006, p. 212).

O autor destaca ainda que a maneira perversa com que a globalização influencia a vida cotidiana dos indivíduos altera a característica própria do lugar.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados” (Santos, 2001, p. 114).

Para o geógrafo, é necessário ressignificar o lugar, pois ele é a dimensão espacial do cotidiano (2006, p. 213): “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...] Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados”.

Milton Santos destaca ainda que no contexto de uma sociedade tão desigual como a nossa, seria essencial uma reconstrução do território político institucional a partir de uma revalorização do lugar, pois este é “considerado como espaço de exercício da existência plena”. Segundo o autor:

A multiplicidade de situações regionais e municipais, trazida com a globalização, instala uma enorme variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para uma vida civilizada em comum. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações.

A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países. (Santos, 2001, p. 113).

Para o geógrafo britânico David Harvey (outro expoente da geografia crítica), a globalização influencia o cotidiano dos indivíduos nos lugares por meio da tecnologia, devido ao estabelecimento de novas relações com o avanço das técnicas de produção do capital, dos meios de comunicação e de transportes. O autor concebeu um dos conceitos mais importantes do pensamento geográfico da pós-modernidade: a compressão tempo-espaço. O entendimento de “compressão” se dá em consequência do aparente encolhimento das barreiras espaciais em virtude da globalização. Segundo este geógrafo:

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução de barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo, é onipresente, tal como o é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produção eficientes [...] redes de circulação, sistemas de transporte e comunicação [...] As inovações voltadas para a remoção de barreiras espaciais em todos esses aspectos Têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão deveras geográfica (Harvey, 1992, p. 204).

## Espaço, lugar e território usado

---

Milton Santos designa espaço como um conjunto de objetos associado a um

conjunto de ações e relações sociais, constituindo um sistema indissociável e uma das instâncias da sociedade, juntamente com a cultura, a economia e a política (Santos, 1982, p. 55). No espaço se reúnem materialidade e ação humana. Para o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2006, p. 34-36), o espaço não é algo em si mesmo, mas sempre vinculado à realidade social. Para ambos os teóricos, o espaço é resultado do processo histórico humano (social e técnico). Considera-se então que o espaço é um elemento de suma importância para a vida em sociedade e tudo aquilo que ela traz consigo como representação e identificação; o espaço é um fator social. Sendo assim construído, material e socialmente, o espaço contém em si diversas propriedades e realidades.

O geógrafo Werther Holzer, ao trabalhar numa perspectiva humanista, defende que espaço e lugar estabelecem de certa forma a natureza da geografia. Em suas palavras:

Mas o lugar tem uma importância ímpar para a geografia humanista, pois, se para as técnicas de análise espacial o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um - a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal (intersubjetiva) de espaço - como estruturação do espaço mítico-conceitual (Holzer, 1999, p. 71).

Para Heidegger (1992, p. 185-186 *apud* Holzer, 1999, p. 76):

No ser das coisas, tal como nos lugares, reside à ligação entre o lugar e o espaço,

reside também a relação entre o lugar e o homem que está nele [...] Os espaços que nós percorremos diariamente são 'organizados' pelos lugares, onde o seu ser é fundamentado sobre as coisas do gênero das construções.

O geógrafo Yi-Fu Tuan, um dos precursores da corrente humanista, diz que "O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significação" (Tuan, 1983).

Desta forma, a geografia humanista traz como conceito de lugar as relações subjetivas do homem com o espaço e o ambiente. De acordo com Relph (1976, p. 42-43):

Lugares são os contextos ou panos de fundo para a intencionalidade definir objetos ou eventos, ou seja, eles podem ser objetos da intenção em seu sentido primordial [...] [pois] toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar, e [...] esses lugares são definidos geralmente em termos dos objetos e de seus significados. Como objetos, no seu verdadeiro sentido, lugares são essencialmente focos de intenção, que têm usualmente uma localização fixa e traços que persistem em uma forma identificável (apud Holzer, 1999, p. 72).

Portanto, "o lugar é um centro de significados espaciais e pessoais" (Holzer, 1999, p. 74).

Porém, na Geografia, o conceito de lugar varia de acordo com a corrente teórica a que se filia. Essas correntes teóricas, por sua vez, sofrem as influências filosóficas de seu tempo. No Brasil, a geógrafa

e professora Lívia de Oliveira, cuja orientação foi conduzida pelo estudo de Tuan e da Geografia Humanista, se tornou a pioneira no estudo da percepção sobre Meio Ambiente no país. Lívia foi responsável pela tradução e publicação das obras do autor (Marandola, 2003, p. 8).

Milton Santos, que faz parte de outra escola, a da geografia crítica, desenvolve a discussão do lugar no mundo global e a influência dos processos de globalização e as relações estabelecidas entre o local/global. Para Rodrigues,

Os autores da corrente crítica apresentam, então, uma visão alternativa que considera os lugares como nós de interação das redes social, econômica e política global, na qual os lugares "são manifestações locais de macroprocessos econômicos ao invés de emergirem de um contexto histórico específico". Inserem um "sentido global de lugar" definido pelas relações que mantêm com a exterioridade (Rodrigues, 2015).

Milton Santos propõe ainda uma reflexão a respeito do que ele chama de 'território usado', que seria o entendimento do território ao mesmo tempo material e social (Santos, 1994). O autor entende o território como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, construído de forma indissociável, onde a formação social ocorre simultaneamente com a formação espacial (Queiroz, 2014, p. 156).

A socióloga e professora Ana C. Ribeiro traz uma síntese sobre o conceito de Santos a respeito do território usado como "a categoria mediadora posicionada entre passado e presente, cujo domínio é indispensável

ao desvendamento dos futuros possíveis” (Ribeiro, 2012, p. 294). Segundo a autora, no território articula-se o geral e o individual. Sendo assim, os direitos individuais só existem a partir dos coletivos.

Milton Santos considera ainda que a organização e o uso do território se dão por outros agentes e forças, ou seja, envolvendo relações de poder, econômicas e simbólicas (Ribeiro, 2012, p. 306).

Segundo Queiroz (2014, p. 157):

O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas.

Por fim, o espaço geográfico é uma categoria social, constituído pelas dinâmicas sociais, sistemas de objetos e ações: “O espaço geográfico está relacionado com o território usado, assim como, o modo de produção está relacionado com a formação socioespacial. O território usado é, assim, a totalidade da formação socioespacial; a totalidade do Estado-nação” (Santos, 1994). Sendo assim, o lugar é a instância mediadora entre território usado e espaço geográfico:

O lugar é o cotidiano de cada indivíduo, de cada grupo social, de cada agente do espaço. Como também, o lugar é território usado e espaço geográfico. Este é formado por diversos territórios e por diferentes lugares. E o território, que também é espaço geográfico, constitui-se de vários

lugares. Há, portanto, uma dialética das escalas (espaço geográfico, território usado e lugar), que é a dialética da totalidade (mundo, formação socioespacial e cotidiano) (Queiroz, 2014, p. 159).

## Os conflitos da vida em comunidade

---

Para Bauman (2003, p.7), quando se parte do sentido etimológico da palavra ‘comunidade’ têm-se uma impressão sempre muito positiva e confortante, além de implicar em segurança e comunhão. Certamente é o local onde a ajuda mútua funciona como regra, onde os julgamentos estão ausentes, e o bem comum sempre prevalecerá. Nas palavras do sociólogo:

E assim é fácil ver por que a palavra “comunidade” sugere coisa boa. Quem não gostaria de viver entre pessoas amigáveis e bem intencionadas nas quais pudesse confiar e de cujas palavras e atos pudesse se apoiar? Para nós em particular – que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos (Bauman, 2003, p. 9).

Porém, é necessário sair do campo da expectativa do mundo “ideal” e explorar as transformações ocorridas nas relações “reais” existentes nas comunidades. Segundo Jovchelovitch (p. 131),

o aspecto heterogêneo que caracteriza o interior da comunidade tem sido alimentado pela dicotomia gerada a partir do “dilema entre individualidade e comunidade, entre pertença e desenraizamento”. A psicóloga social defende que é necessário superar os conflitos e as diferenças em busca de construir inter-relações entre o Eu e o Outro (Jovchelovitch, 2008, p. 132). Segundo a autora:

*A psicologia social da comunidade mostra que a liberdade do Eu depende, de uma só vez, de encontrar refúgio e superar a segurança oferecida pela comunidade [...] A comunidade não é nem uma totalidade homogênea, nem um agregado de átomos individuais” (Jovchelovitch, 2008, p. 132).*

Para Bauman (2003, p. 9), “comunidade é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance, mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”.

Porém, para ambos estudiosos, há um preço a se pagar pela vida em comum: a liberdade e a individualidade. Para Bauman:

*Há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’ — e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e ‘à identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade (Bauman, 2003, p. 10).*

Para Bauman, os estudos a partir das comunidades já concretizadas demonstram que a contradição entre segurança e liberdade são ainda desafios a serem vencidos. “A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito” (Bauman, 2003, p. 10).

Segundo Eric Hobsbawm (1996, p. 40 *apud* Bauman, 2003, p. 22), “homens e mulheres procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo”. A partir desta constatação, no desafio de se manter a comunidade, e sabendo que nada é “duradouro”, emerge então uma nova definição para as relações comunais: a da identidade. De acordo com Bauman,

*Identidade, a palavra do dia e o jogo mais comum da cidade, deve a atenção que atrai e as paixões que desperta ao fato de que é a substituta da comunidade [...] para oferecer um mínimo de segurança e assim desempenhar uma espécie de papel tranqüilizante e consolador, a identidade deve trair sua origem; deve negar ser ‘apenas um substituto’— ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. (Bauman, 2003, p. 20).*

E esta busca é tão necessária dentro do contexto das relações humanas: ter com quem ou com quê se identificar. Um lugar onde se possa ser o que se é, revelar seus medos e expor suas fraquezas; onde se possa encontrar, de certa forma, uma companhia solidária para a

luta desgastante do simples “sobreviver”. Nas palavras do sociólogo:

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. ‘Identidade’ significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar [...] É discutível se essas “comunidades cabide” oferecem o que se espera que ofereçam – um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas; mas sem dúvida marchar ombro a ombro ao longo de uma ou duas ruas, montar barricadas na companhia de outros ou roçar os cotovelos em trincheiras lotadas, isso pode fornecer um momento de alívio da solidão (Bauman, 2003, p. 21).

Por isso, ainda que as relações humanas, dentro e fora das comunidades, sejam complexas e conflituosas, o ser humano necessita desta identificação com o Outro; necessita do outro para construir o seu próprio Eu e, assim, se tornar mais forte e resistente aos desafios do existir. Segundo Freud (1930, p. 115 *apud* Jovchelovitch, 2008, p. 133):

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como ‘direito’, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como ‘força bruta’. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização.

## Vida social comunitária: lugar e cotidiano na comunidade Lagoa Azul 2, Jacareí, SP

---

A Comunidade Lagoa Azul 2 está localizada no Distrito do Parque Meia Lua, região norte do município de Jacareí. O assentamento habitacional surgiu após a metade do ano de 2016, tendo sido rapidamente ocupado por pessoas que já esperavam há alguns anos para obter suas casas por meio de um programa de moradias populares do município, além de outras pessoas vindas de cidades vizinhas ou próximas à região. A comunidade foi crescendo e se instalou ao lado do bairro Lagoa Azul, por isso leva o nome de Lagoa Azul 2.

Trata-se de uma área particular abandonada, onde era realizada extração de areia. A comunidade Lagoa Azul 2 apresenta características precárias de construção das moradias, ausência de saneamento básico e demais infraestruturas. Possui, segundo liderança local, aproximadamente 600 famílias assentadas. O solo apresenta característica mista, sendo a parte superior do assentamento composto por argila, e a inferior um pouco mais arenosa e instável. A área foi abandonada, ambientalmente degradada e não recuperada pela empresa extratora.

A imagem a seguir traz uma vista aérea, realizada com um drone, onde é possível observar o tamanho da Comunidade em relação ao bairro Lagoa Azul, e o distanciamento de ambos do bairro mais próximo (Parque Meia Lua). A área circulado em vermelho é o Lagoa Azul 2.

[ Figura 1 ]



Foto tirada pela autora

As famílias foram então se instalando e se organizando da forma como puderam. Foi estabelecido uma liderança local, que busca atuar de maneira a minimizar/solucionar os problemas imediatos, sejam eles de convivência ou organização espacial, estabelecer regras e articular junto ao vereador que trabalha pela região, as condições a que têm direito, sendo ele o principal mediador entre a Comunidade e o poder público (Prefeitura Municipal de Jacareí).

As famílias utilizam água potável captada da rede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), por meio de ligações clandestinas a uma Estação Elevatória instalada na região para captar a água servida dos bairros e empresas ali instaladas.

O esgoto doméstico é descartado em fossas caseiras, construídas de forma rústica, com pneus usados, onde apenas as laterais são vedadas, e a parte inferior do solo fica em contato direto com o esgoto descartado, absorvendo-o, portanto. Porém nem todas as famílias possuem esse tipo de fossa em suas moradias. As que não

possuem o modelo de fossa descrito acima descartam seu esgoto diretamente no córrego que passa pela comunidade.

Algumas moradias possuem caixa d'água para armazenamento, no entanto, os moradores que não a possuem relatam que constantemente ficam sem água, devido à quantidade de famílias utilizando a mesma ligação.

Com relação à liderança local, atualmente ela é composta por três pessoas, que desempenham, entre outros, o papel de zelar pela ordem e mediar os impasses decorrentes do cotidiano da comunidade. Novos moradores quando chegam sempre procuram por tais pessoas a fim de saberem se há uma moradia disponível ou algum local onde possivelmente possam erguer seu próprio barraco.

A seguir, uma imagem da sede da comunidade, para onde vão as doações que chegam aos moradores, e também onde ocorrem as reuniões com a liderança local junto aos mediadores externos (vereadores):

[ Figura 2 ]



Foto tirada pela autora

Alguns conflitos são acompanhados de perto pela liderança, como por exemplo, moradias vazias – neste caso se está vazio por um longo tempo e se o dono possui algum outro imóvel, imediatamente essa moradia é repassada para um novo morador, que assim que possível, paga um aluguel pelo espaço, ao proprietário –, cobrança de aluguel abusivo, famílias em condição de extrema necessidade – neste caso a própria população da comunidade doa o que pode para remediar temporariamente a situação.

Além disso, como é comum acontecer em comunidades periféricas construídas de modo improvisado, a comunidade enfrentou recentemente um episódio de incêndio ocasionado por um curto circuito na rede de um dos três barracos atingidos. Porém, a mobilização, tanto interna quanto externa, fez com que, aproximadamente 3 semanas após o ocorrido, as moradias tenham sido reconstruídas, agora não mais com madeirites, como as originais, mas de alvenaria.

Os moradores dos barracos atingidos receberam toda espécie de ajuda imediata de seus vizinhos, como por exemplo, abrigo e comida, e também, ajuda externa na forma de doações entregues ao Centro Comunitário, inclusive materiais de construção, além de roupas e outros utensílios.

Isso demonstra o quanto a inserção numa comunidade, apesar desta apresentar conflitos, ainda é a melhor maneira que a população desprovida possui para se enfrentar os desafios, e com isso força e alguma força e visibilidade. Como citado anteriormente, segundo Santos, “a cooperação e o conflito são a base da vida em comum”. A partir disso, vemos que a vida em comunidade fortalece e confere força de resistência a uma parte da população que, sem essa união, jamais conseguiria sobreviver às condições nas quais foram obrigados a viver, devido à forma de construção das nossas cidades e da nossa sociedade, sempre pautada na hegemonia do capital e na segregação socioespacial.

No caso em estudo, o poder público relata que estuda medidas a serem tomadas com relação a este novo assentamento. Enquanto isso, eles têm vivido em situação de precariedade, sem a infraestrutura mínima necessária para o desenvolvimento e a saúde, como de direito a qualquer ser humano.

## Considerações finais

---

A pesquisa teórica acerca do significado etimológico da palavra comunidade, bem como a compreensão da problemática socioespacial de contextos e desafios enfrentados por quem vive nessas condições permitiu uma visão mais ampla e concreta das implicações acerca da vida comunal.

Em princípio, a imagem que o conceito de comunidade traz é uma ideia de calma, segurança e até mesmo de extensão mais ampla da família. Porém, por meio de pesquisas e conclusões dos teóricos estudados, vê-se que a realidade advinda de uma convivência mais próxima entre pessoas por vezes tão diferentes é repleta de conflitos e desafios.

Desta forma, sempre haverá o ônus e o bônus da convivência social comunitária. Porém, como citado anteriormente, a natureza do homem é de um ser social, viver em conjunto, em comunidade, em família, a fim de encontrar no outro aquilo que falta em si, seja de ordem material ou imaterial.

De outro lado, em se tratando de uma comunidade periurbana, observa-se que a vida comunal se torna essencial no

processo de sobrevivência dos indivíduos que a integram, pois é a única maneira de se obter alguma visibilidade, representatividade política e voz diante da sociedade e do poder público. Trata-se de uma população que não possui seus direitos reconhecidos e necessita de uma força de resistência para obter com muita luta aquilo que lhe deveria ser ofertado por direito natural e dever do Estado, como ao restante dos indivíduos da sociedade, por exemplo, o saneamento básico, a moradia digna, o acesso aos equipamentos públicos de educação e saúde, o transporte, lazer enfim.

Portanto, o aprendizado da vida coletiva torna-se necessário, principalmente quando se possui carências em comum, como se, dividindo a mesma esperança, o peso do fardo possa se tornar menor, e dando as mãos, se unindo, a voz possa se tornar mais forte. ■

### [ LUCIMARA MARIA DE SOUZA ]

Graduada em Gestão Ambiental, mestranda em Planejamento Urbano e Regional pela Univap – Universidade do Vale do Paraíba.  
E-mail: lucimara001@yahoo.com.br

### [ CILENE GOMES ]

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, Mestre e Doutora em Geografia Humana pela mesma universidade e docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional na Univap – Universidade do Vale do Paraíba.  
E-mail: cilenegomes2011@gmail.com

## Referências

---

ARISTÓTELES. **A Política**. Edipro: ed 2ª, 1 de janeiro de 2009.

BAUMAN, Zigmund. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Zahar. Rio de Janeiro. 2003.

\_\_\_\_\_. **Globalização**: Consequências Humanas. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola. São Paulo. 1992.

HOLZER, Werter. **O lugar na Geografia Humanista**. Revista Território. Rio de Janeiro. ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MARANDOLA, Eduardo. **Do sonho à memória**: Lívia de Oliveira e a Geografia Humanista no BRASIL. Londrina – V. 12 – N. 2 – JUL./DEZ.2003. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>. Acesso em:

LAMPARELLI, Celso Monteiro; CAMARGO, Azael Rangel; GEORGE, Pedro C.Silva. **O Urbano**. ETC. São Paulo. 2007

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. Hucitec. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metrópole, Legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, Vol 17. nº48. São Paulo. Mai/Ago. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013)>

\_\_\_\_\_. **Para entender a Crise Urbana**. Expressão Popular. São Paulo. 2015.

QUEIROZ, Thiago A. N. **Para Onde!?**, 8 (2): 154-161, ago./dez. 2014 UFRS, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil. ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde>>. Acesso em:

RIBEIRO, Ana C Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Letra Capital. 2012.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **“O que é Organização Social?”**; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-que-organizacao-social.htm>>. Acesso em 26 de setembro de 2018.

RODRIGUES, Kelly. **A Diversidade da geografia brasileira**: Escalas e dimensões da análise e da ação. Anais da ENANPEGE. UFG: Goiás. 2015

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização brasileira**. 5ª edição. Edusp. São Paulo. 1993/2008.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo. EdUSP: 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização**. Record. São Paulo. 2001.

\_\_\_\_\_. **O retorno do território**. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. (trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983